



As Escolhas Difíceis: Justiça e Selectividade

Alexandra Barahona de Brito

Quando o General Pinochet estava detido, em Londres, e ainda parecia possível que fosse extraditado para Espanha, muitas vozes se ergueram em protesto contra a natureza selectiva da justiça. Como podemos prender Pinochet, vociferavam, se não prendermos também Fidel Castro? Num artigo que escrevi nessa época, salientei que a justiça se caracteriza tanto pela satisfação de alguns ao verem um tirano julgado, como pelo descontentamento de outros com a natureza selectiva da justiça no mundo de hoje. O mesmo contentamento e descontentamento está actualmente presente em relação ao julgamento de Milosevic.

Ambas as posições são, como é óbvio, correctas. Expressam uma realidade paradoxal: na procura de justiça é possível violar alguns dos seus princípios básicos. Não fazer justiça significa abandonar um projecto de promoção de um «Estado de direito internacional». Mas procurar a justiça também revela como ainda estamos longe de alcançar um tal projecto.

Os vencedores são sempre os juízes. São eles que decidem o que fazer com os vencidos. Para os derrotados, só resta o «tribunal da opinião pública» para julgar os vencedores, mas a sua própria condição leva a que os seus pontos de vista não tenham muito tempo de antena. Que pensar desta injustiça?

Muito mais importante do que a justiça ser feita pelos vencedores é saber perante que *tipo* de justiça estamos. Alexandre o Grande, um homem visionário no seu tempo, aplicava a justiça através de execuções sumárias decretadas por decisões executivas, ou através do voto da assembleia de soldados macedónios. Na



maioria dos casos, os inimigos de Alexandre foram brandamente penalizados. Para o seu tempo, era misericordioso. O derrotado Imperador Dário e outros conquistadores e imperadores da época recorriam à tortura, à mutilação, à matança de populações inteiras como forma de vingança.

Os Alexandres dos nossos dias querem fazer justiça de acordo com as devidas regras processuais. Ambicionamos uma justiça civilizada e, se possível, sem sangue. Os Dários de hoje, pelo contrário, querem fazer a justiça através de execuções, assassinatos e genocídio. Quando Pol Pot «ganhou», foi essa a «justiça» que executou. Quando os nazis chegaram ao poder, foi esse tipo de «justiça» que aplicaram. Mas na justiça, o que realmente conta é que os Alexandres de hoje permaneçam fieis aos novos valores do rigor processual, da presunção da inocência e da igualdade perante a lei. Se os julgamentos levados a cabo pelos vencedores aderirem a estes três princípios básicos, podemos, de forma *modesta e autocrítica*, congratularmo-nos com os progressos que estamos a fazer em direcção à criação de um «Estado de direito internacional».

Mas existe, no entanto, outro problema. Acontece que a justiça dos vencedores não reflecte o princípio da igualdade perante a lei, um dos pilares essenciais das regras processuais. Acontece que a nossa justiça, sendo muito mais «civilizada» do que a de Dário, ainda é selectiva. De acordo com as nossas próprias regras, é injusta. Que pensar desta injustiça?

Nesta altura, considero que mais relevante do que a justiça ser selectiva é o facto de estarmos a lutar para que se torne universal. É evidente que a maioria dos criminosos de guerra e dos tiranos ainda não é julgada. Da Argentina ao Zimbabwe, assassinos a mando dos Estados escapam ilesos. Ainda não existe um tribunal penal internacional, o primeiro passo essencial para a universalização da *ideia* de «Estado de direito internacional». E mesmo depois de existir, não será o tribunal penal internacional que garantirá uma *efectiva* universalização da justiça.



A questão é que não há forma de passar da selectividade A para a universalidade B sem passar pela justiça selectiva. Se não julgarmos ninguém devido ao facto de violarmos o princípio da igualdade perante a lei, não é possível estabelecer um Estado de direito internacional; se julgarmos, aceitamos que o caminho para a universalidade B será inevitavelmente pela selectividade. A posição que tomarmos em relação a esta situação ambígua determinará se tentamos alcançar a universalidade B ou se permanecemos *ad infinitum* na selectividade A.

Penso que a escolha é clara. Não podemos negar a realidade; são os vencedores que julgam e a sua capacidade de julgamento é selectiva. Essa é a realidade e não vale a pena tentar negá-la. Mesmo assim, no entanto, creio que devemos defender uma forma de justiça que respeite as regras processuais, tentando julgar o máximo possível de culpados de crimes contra a humanidade, mesmo que isso signifique que não sejamos totalmente fieis às nossas próprias regras de conduta. Até conseguirmos julgar 60 ou 80 por cento de criminosos de guerra e de líderes genocidas, em vez do actual 1 por cento, não nos podemos dar ao luxo de nos concentrarmos principalmente na questão da igualdade perante a lei. Quando chegarmos aos 60 por cento, certamente que passarei a concentrar-me mais nesta questão (mas, infelizmente, não prevejo que tenha uma vida assim tão longa). Mas, pôr em primeiro lugar a questão da igualdade perante a lei antes de alcançarmos o patamar dos 60 por cento, será uma autoderrota. Significaria desperdiçar uma oportunidade única que os vencedores têm, após vencerem as guerras contra o genocídio, para promover lições universais.

Existe, no entanto, outra forma de selectividade que, actualmente, é preocupante. Começo por afirmar que é necessário que os derrotados nos «civilizem». Eles estão a enviar-nos mensagens importante. Milosevic não é, obviamente, representante dos perdedores; ele fala apenas por si próprio e pelos seus aliados. Mas a sondagem da GALLUP efectuada no mês passado



(Fevereiro???) nos países do Médio Oriente já é uma voz a que devemos prestar atenção. Excluídas do sistema internacional, as comunidades de muçulmanos expressam o seu desagrado com o Imperador. A crer na GALLUP, até mesmo a maioria dos americanos pensa que os Estados Unidos são um poder arrogante.

Resumindo, é excelente ser vencedor. Ganhar é uma glória desde os tempos de Alexandre. Mas se queremos que ganhar as guerras de hoje seja algo distinto da conquista do Império persa, devemos começar a cultivar a igualdade perante a lei, *tanto para os vencedores como para os vencidos*. As acções dos Estados Unidos, o «poder imperial» dos nossos tempos, e dos seus aliados, devem igualmente ser submetidas a julgamento. Devem ratificar o Estatuto de Roma, tornando claro que os vencedores estão dispostos a aceitar as mesmas regras de julgamento que os vencidos – o que marcaria de facto a diferença em relação ao nosso passado de conquistas.

Devemos, como Alexandre o Grande fez na sua época, conquistar todo o «mundo conhecido». Mas devemos lutar para que essa conquista seja feita com respeito pelos princípios do rigor processual e da igualdade perante a lei. Esta conquista deve ser uma aposta igual para vencedores e vencidos.